



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Local: Sala de Reunião da SEPLAN – 5º andar PCR

Data: 24/05/2018

Horário: 09:00 às 12:00h (manhã)

Pauta:

- ✓ Aprovação das Atas
- ✓ Aprovação da Pauta
- ✓ Leitura de carta enviada pelos movimentos populares
- ✓ Apresentação da Proposta/contribuições da Articulação recife de Luta conforme solicitado na reunião anterior
- ✓ Apresentação de outras propostas
- ✓ Sistematização das contribuições
- ✓ Deliberação sobre a proposta a ser encaminhada à Plenária do Conselho da Cidade com eventuais destaques
- ✓ Deliberação sobre agenda de reuniões

Participantes da reunião do GT POT:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: João Domingos Azevedo, Glória Brandão, Fernando de Alcântara, Lorena Veloso, Sandra Nunes, Emília Avelino, Norah Neves, Inamara Melo, Maurício Guerra, Alexandre Ramos.
- ✓ Dos Conselheiros de segmentos Empresariais: Sandro Guedes (ADEMI/PE) e Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Cristiana Correia (CAU/PE), Sandra Pires (OAB), Fernando Holanda (RAPS).
- ✓ Dos técnicos da PCR e Equipe Técnica do POT: Paula Bittencourt (Poder Público), Ana Magalhães (Poder Público), Catarina Jucá (Diagonal/JW), Rodrigo Tavares (Diagonal/JW), Rodrigo Callou (Diagonal/JW).
- ✓ Do Público Geral: Jaqueline Silva (UFRPE) e Stélio Cavalcanti (CPDH).



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Resumo da reunião:

✓ **Aprovação das Atas**

Elka Porciúncula informou que, do seu ponto de vista, a ATA da 1ª reunião do GT POT do turno da manhã está validada. Entretanto, a ATA do turno da tarde encontra-se muito sintética e que merece algumas contribuições, que serão enviadas por e mail.

Norah Neves informou que no seu entendimento a ATA tem caráter sintético e de encaminhamento, dispensando a transcrição uma vez que está sendo disponibilizado o áudio de cada reunião.

Fernando Alcântara concorda com Norah e informou que o formato dessa ata foi pactuado na primeira reunião do GT como sendo sintética e de encaminhamento, estando o conteúdo na íntegra disponibilizado nos áudios.

João Domingos informou que a ATA pode ser ajustada e solicitou que as contribuições a serem contempladas devem ser enviadas por escrito.

Foi aprovada a Ata da 1ª Reunião do GT POT do turno da manhã. Serão providenciados os ajustes da Ata do turno da tarde.

✓ **Entrega e leitura de Carta da Articulação Recife de Luta**

Durante a reunião, foi entregue por pessoa identificada com o nome de Stélio Cavalcanti, ao Presidente do Grupo Técnico do POT, uma carta assinada pela "Articulação Recife de Luta". Na ocasião foi solicitada a sua leitura, realizada pela conselheira Glória Brandão (Poder Público), com a concordância dos presentes.

✓ **Considerações dos Conselheiros**

O Conselheiro Alexandre Ramos (Poder Público) informou que entende que a carta precisa ser respondida pelo GT POT. Ressaltou que foram utilizados muitos adjetivos fortes e que não representam a realidade. Entende que aquele documento pode auxiliar no processo de judicialização no que tange à participação, por parte dos integrantes que o assinam.

Fernando Alcântara (Poder Público) concordou com Alexandre e informou que esse GT é um grupo que intermediará a construção de um produto de excelência dentro do prazo legal. Pontuou que até responder ou não é uma opção legítima do grupo. Se for optado por dar a resposta, que seja tratado naquele fórum.

Fernando Holanda (RAPS) concordou com os conselheiros que o antecederam e argumentou que se havia alguma imperfeição no processo, será necessário buscar a melhoria dentro daquele grupo. Informou que veio na condição de conselheiro suplente e que foi pego de surpresa pela

2

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

ausência do Conselheiro titular Ronaldo (Habitat). Alertou que na hora que os Conselheiros enviaram a carta e se furtaram de estar presentes, facultaram àquele grupo a possibilidade de responder ou não o documento. Informou que acompanha o processo de construção do Plano de Mobilidade, por exemplo, e que desconhece a intenção da Prefeitura de driblar ou desrespeitar o Processo Participativo. Frisou que se sentiu incomodado com os adjetivos utilizados na carta até pelo fato de considerar que desrespeitaram as demais entidades da sociedade civil ali presentes. Por tudo isso assume a responsabilidade de responder àquele documento juntamente com os demais conselheiros que compareceram à reunião.

Norah Neves afirmou que seria de grande importância a presença dos conselheiros que enviaram a carta para esclarecer o conteúdo do documento. Ponderou que, como a carta foi endereçada ao Presidente do GT POT, o grupo deve responder. Porém, considerando que esta faz referência a outros documentos anteriormente entregues, entende que se deve levantar tudo o que está dirigido eventualmente também à gestão e, de posse de todo esse material, a resposta deve ser elaborada em conjunto. Deixou clara sua discordância com relação às críticas registradas no documento de que não havia processo participativo, sublinhando a própria criação daquele GT como uma prova de espaço de participação.

Sandra Pires (OAB-PE) destacou que, embora direcionado ao GT POT, o enfoque da carta era o Poder Público. Neste sentido, considerou que talvez fosse o caso de haver duas respostas: uma da PCR e outra do Grupo de Trabalho. Ponderou que, de acordo com o que entendeu da reunião passada do GT, com base no que foi informado pela representação da Prefeitura, as propostas apresentadas pelo movimento intitulado Articulação Recife de Luta já haviam sido incorporadas ao processo de participação coletiva objeto dos debates daquele GT. E que caberia a este Grupo, naquela reunião, discutir os pontos divergentes para apreciação posterior do plenário do Concidade. Enfatizou a Conselheira que, durante as reuniões de trabalho daquele fórum, não viu ou percebeu qualquer postura ou vontade por parte do Poder Público e de seus representantes de impedir o processo participativo ou de cercear ou dificultar a participação de qualquer conselheiro. Frisou a importância daquele espaço, instituído no Concidade com o apoio do próprio Poder Público.

Sandro Guedes (ADEMI) ponderou que entende a ausência dos movimentos como uma manobra para dificultar um espaço de negociação entre todos. Realçou que a reunião teve a convocação com a antecedência necessária e que cumpriu o rito legal.

A Conselheira Inamara, representante da Secretaria da Mulher, lamentou a postura a seu ver equivocada dos que redigiram a carta, por considerar que a criação do GT e a participação das entidades ali eram de suma importância para o processo participativo. Portanto, a saída de representantes de entidades e movimentos da sociedade civil daquele espaço legitimamente construído por todas e todos representava um retrocesso. Neste sentido, apelou para que fosse revista esta decisão. Quanto à carta, frisou que deverá ser respondida pelo Grupo de Trabalho, referendando o entendimento de um Processo Participativo Democrático. Não entende esse processo como atropelado, nem com participação social reduzida. Informou que a Secretaria da

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

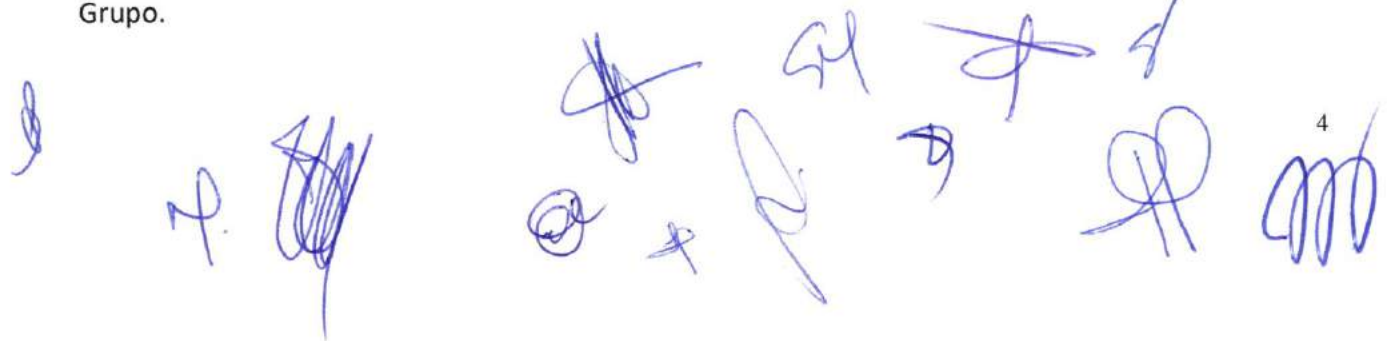
Mulher tratou de se inserir nele para realizar uma grande mobilização visando à efetiva participação das mulheres na discussão do POT. Destacou ainda que teve o cuidado de ler a tão citada Resolução nº 25/2005 do CONCIDADES/Ministério das Cidades e não conseguiu identificar um dispositivo sequer descumprido pelo Poder Público. Reafirmou que cabe ao Município apresentar uma proposta e estar aberto ao debate. Realçou que a finalidade do Grupo de Trabalho do POT é de construção coletiva. Por tudo isso, afirmou esperar que todos os segmentos participem e se dediquem, para tratar desse momento especial para a cidade.

Glória Brandão (Poder Público) registrou, de início, que, na reunião anterior do Grupo de Trabalho, diante de questionamentos feitos por Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos) quanto à necessidade de serem discutidas as propostas apresentadas pelo Movimento Articulação Recife de Luta, foi deliberada, pelos conselheiros presentes, a realização de uma reunião específica do GT para tal fim, tendo a maioria decidido que ela deveria ocorrer nesta data de 24/05. Destacou ela que, na ocasião, apenas foram computados os votos contrários dos conselheiros Leonardo e Rodrigo, que sugeriram a realização da reunião na semana seguinte. Lastimou que na carta foi questionado algo democraticamente escolhido por membros do GT.

Enfatizou a conselheira, em seguida, a importância da instituição daquele Grupo de Trabalho no âmbito do Concidade, o qual é o grande condutor deste processo participativo para a elaboração do POT, em cogestão com o Poder Público, que tem, a seu ver, respeitado e apoiado esta participação. Pontuou que a representação da sociedade civil naquele grupo havia sido resultado de um processo de votação na própria plenária, obedecendo à própria lei que criou o Concidade. Quanto a algumas questões levantadas sobre o processo de revisão do Plano Diretor, salientou que, com base nas disposições do Estatuto da Cidade, tanto se deve assegurar o processo participativo como também se deve cumprir o prazo estabelecido de 10 anos, contado do início de vigência do Plano Diretor em vigor.

A conselheira Glória lembrou que, na condição de servidora, quando ainda estava na então Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade com alguns dos conselheiros ali presentes, como Inamara e Maurício Guerra, já eram discutidos, sob a coordenação do ICPS, alguns dos estudos que foram e têm sido objeto de um efetivo processo participativo, sobretudo no âmbito do Concidade. Recordou que esses debates ocorreram em vários órgãos, a exemplo da URB, SEMOC, Saneamento, ao lado de outros, tendo os conselheiros do Poder Público ali presentes concordado. Frisou que esses estudos, planos, projetos deverão ser incorporados ao Plano de Ordenamento Territorial, os quais foram relacionados pela coordenação do GT na reunião anterior. Igualmente, destacou os eventos realizados para debate de alguns dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor do Recife, inclusive no Fórum do Prezeis.

Por todos os aspectos por ela realçados, a conselheira Glória lamentou o posicionamento de algumas entidades de se afastarem do GT sob a arguição de se estar atropelando a democracia, considerando inconsistentes tais afirmativas. Por isso mesmo, entendia ela que o GT deverá responder, sugerindo que fosse indicado um representante de cada segmento para escrever uma minuta, em conjunto com o ICPS, cuja redação final seria aprovada na reunião subsequente do Grupo.



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Cristiana (CAU-PE) registrou que não viu em momento algum qualquer constrangimento ou impedimento por parte do Poder Público, conforme apontado na carta, com relação à participação das entidades da sociedade civil, tampouco falta de abertura para os movimentos sociais. Afirmou o prazer que o CAU-PE está tendo de participar desse GT e poder contribuir com a cidade. Percebe, contudo, que se está tentando avançar, mas que o processo está sendo tolhido por algumas representações.

João Domingos agradeceu as diversas manifestações e informou a importância de reforçar esse grupo de cogestão. Em seguida, passou a fazer alguns registros:

- a) **Sobre a criação do GT POT no Concidade** - Lembrou que a proposta original de muitas das entidades que integram o Movimento Articulação Recife de Luta era de que a cogestão, no âmbito do Concidade, fosse através da Câmara Técnica de Planejamento, composta apenas por 9 membros. Explicou que a Prefeitura foi contrária, por entender que se deveria ampliar os debates e a participação da sociedade civil no processo de elaboração dessas leis. Uma das justificativas de sua posição foi a de que as matérias tratadas no Plano de Ordenamento Territorial (POT) estavam afetas a todas as Câmaras Técnicas criadas no âmbito do Concidade, tal como as de habitação, mobilidade, patrimônio histórico. Portanto, não se deveria restringir à Câmara de Planejamento a discussão do conjunto dessas leis. Além disso, considerava-se que se deveria ampliar a participação das entidades. Assim é que foi proposta pelo Poder Executivo a criação, no âmbito do Concidade, de um Grupo Técnico específico. Sugeriu-se, de início, que o GT fosse integrado por 15 (quinze) conselheiros, representando 1/3 dos membros do Conselho da Cidade, observando-se, desta forma, o percentual de representação de cada segmento, conforme a lei que instituiu o Concidade. Salientou que, no entanto, foi atendida por unanimidade a proposta do conselheiro Professor De La Mora (UFPE) de ampliar para 16 (dezesesseis) a quantidade de integrantes do GT, com vistas a assegurar mais uma vaga para o segmento representado pela Academia, ONGs e Conselhos de Atividades Profissionais;
- b) **Sobre o processo de discussão do conteúdo do Plano Diretor e das outras leis que integram o POT** – Salientou o que foi destacado anteriormente pela conselheira Glória de que a gestão municipal vem desenvolvendo, junto à população, inúmeros planos e estudos que são fundamentais ao Plano de Ordenamento Territorial. Explicitou que esses planos e projetos foram desenvolvidos em cima da metodologia de camadas e que serão elementos a serem incorporados na revisão do Plano Diretor.
- c) **Sobre o processo participativo** - Informou que estranha a falta de reconhecimento no tocante ao que essa gestão tem feito no sentido de ampliar o Processo Participativo, que foi contratada consultoria para dar apoio não somente ao conteúdo técnico mas para auxiliar na viabilização desse processo, inclusive com a criação deste conselho da cidade. Comunicou que foi recebida uma manifestação/carta concreta há uma semana da primeira reunião do GT POT e que boa parte das contribuições foram incorporadas. Foi pontuado que não se pode ficar olhando pra trás, e que essa construção é responsabilidade do GT. Informou que a Gestão trouxe uma proposta e que está aberta a outras considerações.



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Alertou que é importante reafirmar o compromisso do Grupo de Trabalho perante a construção do Plano, garantindo o melhor Processo Participativo dentro do prazo legal.

Pontuou que o GT terá uma dinâmica intensa, principalmente nesse primeiro momento de aprovação da estratégia coletiva, que talvez seja um dos mais importantes para a garantia do processo.

Alertou para a importância de ao final daquela reunião ter-se alguns conselheiros responsáveis para construir a resposta do GT à carta entregue pela Articulação Recife de Luta. Informou que, se preciso for, o Poder Público também irá se posicionar.

O Conselheiro Fernando Holanda alertou para a necessidade de responder à solicitação de reinício de discussões do Processo Participativo fundamentada no prazo legal.

Alertou que não tivemos atos que deixaram de ser cumpridos e o rito vem sendo realizado, ainda não houve aprovação de muita coisa.

Sandra Pires pontuou que estamos em plena discussão.

João Domingos registrou que a carta recebida pelo GT POT naquela manhã (24/05/2018), não veio assinada por ninguém discriminado, tampouco as organizações signatárias, apenas se intitulou movimento Recife de Luta.

Sandro Guedes reafirmou que está imbuído de responsabilidade de fazer acontecer esse Plano e que “perdemos” muito tempo por manobra e por querer ganhar no rito. Na sua opinião, a partir do momento que se recebe um documento que não se sabe a procedência não podemos destinar tanto tempo, diante de um cronograma com prazos tão curtos. Alertou para a necessidade de se criar procedimento para o recebimento de contribuições por escrito para que esse grupo não fique submetido a qualquer tipo de manobra.

Fernando de Holanda sugeriu que os documentos recebidos sejam lidos pelo conselheiro que apresentou o documento.

Sandra informa que deve haver cuidado se o documento entregue tem assinatura.

Sandro Guedes (ADEMI) pontuou que a Articulação Recife de Luta precisa se formalizar e informar quem responde pelo grupo.

Norah Neves informou que deve haver um questionamento às partes jurídicas das instituições que assinam o documento recebido. Alertou que uma coisa é receber a carta sendo assinada individualmente e outra é uma assinatura em nome da Instituição. A exemplo da UFPE, será que o Reitor tem conhecimento dessa carta?

João Domingos informou que tinha ciência de uma reunião realizada no dia anterior e por isso, abriu espaço para a leitura daquele documento. Entretanto, alertou que de agora em diante o processo deverá ser formalizado.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Emília da SEMOC informou que a validação das etapas precisam do voto dos conselheiros para aprovação do processo, e questionou como fica o processo se há esse tipo de esvaziamento. O entendimento de João Domingos é que aquele grupo não será prejudicado nem os trabalhos serão comprometidos devido à ausência de alguns integrantes.

Ficou alinhado que a partir da própria Ata a Conselheira Glória Brandão articulará com as Conselheiras Sandra e Elka para construir a resposta ao documento entregue.

A Conselheira Inamara sugeriu proposta propositiva e positiva, sem acirrar as animosidades, repactuando, fazendo convite à reintegração. Foi pontuado que ainda que hajam caminhos tortuosos e que sejamos atacados, precisamos demonstrar o real compromisso de todos nós, construindo uma conversa ao longo do processo. Sou de opinião de chamarmos para o diálogo e construção coletiva, outro caminho pode dificultar ainda mais a efetiva participação.

Fernando Holanda informou que fica feliz com a qualidade das propostas mas que quer proteger o mecanismo das proposições.

A ADEMI deu ênfase ao processo democrático daquele grupo, constituído por representantes de segmentos tão diversos, onde estão sentados na mesma mesa: Ordem de Advogados do Brasil, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Academia, Setor Produtivo, Poder Público, assim como Entidades organizadas da Sociedade Civil e Movimentos.

Glória solicitou ao Presidente que seja enviada a resolução 25 a todos os conselheiros.

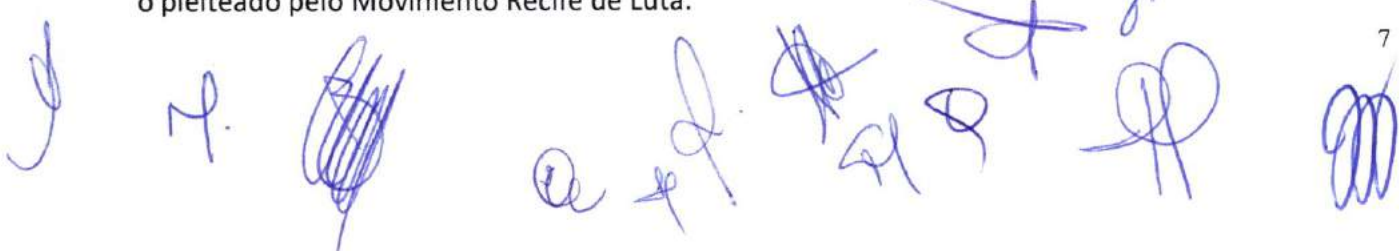
✓ **Apresentação da Proposta/contribuições da Articulação Recife de Luta conforme solicitado na reunião anterior**

Na audiência, foi lida pela Conselheira Glória Brandão para conhecimento de todos, a proposta da articulação.

João Domingos informou, que referente as contribuições da Articulação Recife de Luta, havia sido previamente alinhado entre os conselheiros desse GT, que o Poder Público faria a reapresentação dos pontos já contemplados na Proposta de Construção Coletiva e nessa ocasião o que porventura não havia sido contemplado na proposta seria discutido.

Foi dito que os conselheiros fiquem confortáveis para se posicionarem em cima de cada ponto detalhadamente.

A respeito das oficinas territoriais, a conselheira Inamara Melo (Secretaria da Mulher) alertou o que o movimento solicita a realização de oficinas em 09 localidades. O Poder Público propõe dois momentos em cada RPA. Dessa forma ela questiona se essas reuniões não podem ser realizadas em locais distintos e assim atenderíamos 12 localidades, respondendo a um número maior do que o pleiteado pelo Movimento Recife de Luta.



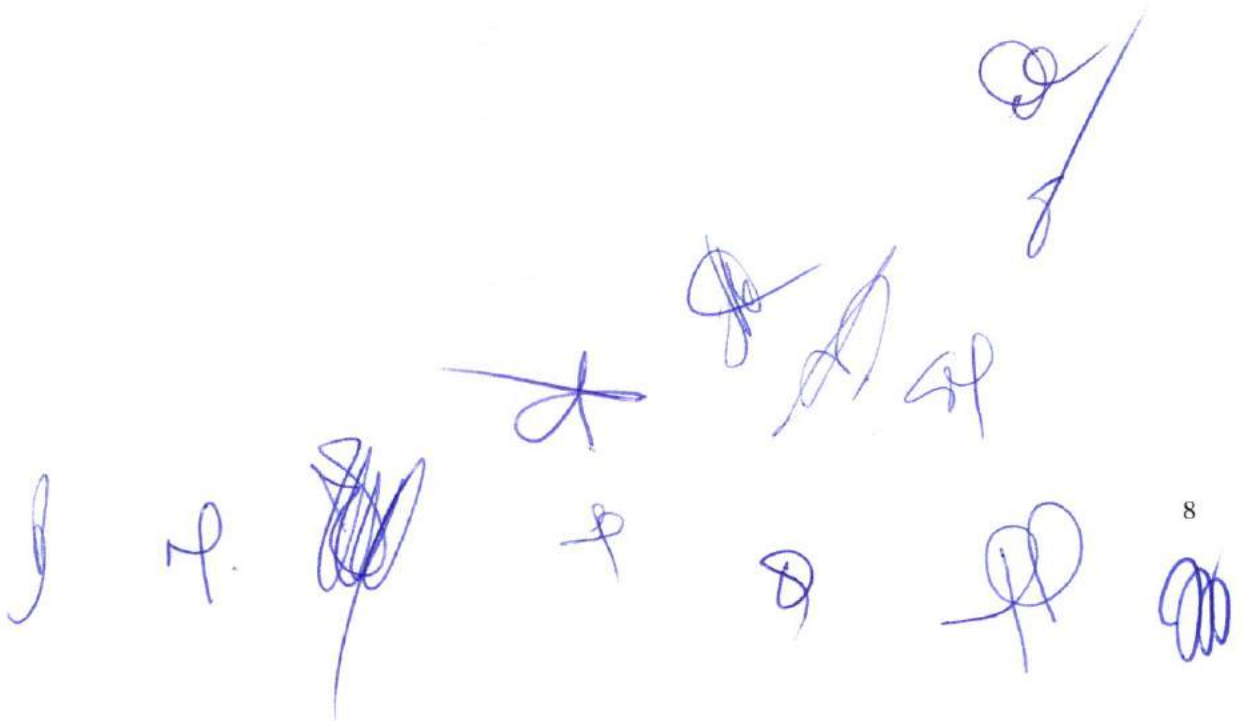
CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

O Conselheiro Alexandre Ramos tratou dois pontos específicos:

1. Oficinas temáticas – Solicitou acrescentar mais uma oficina, que incorporasse a temática do Meio Ambiente.
2. Recorte Territorial – Informou que poderia ser utilizado o recorte dos Distritos Sanitários, totalizando 08 Territórios.

João Domingos solicitou que fosse passado ponto a ponto e sintetizou planilha com os encaminhamentos descritos abaixo:





PREFEITURA DO

CONSELHARIA DE RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

- ✓ GT-POT: SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – POT

Tópico	Proposta Articulação Recife de Luta	Proposta Preliminar PCR para discussão	Alinhamento	Síntese
1. Transparência e Publicidade	Ampla publicidade do processo para toda população	Campanha publicitária para lançamento e sensibilização nos meios de comunicação em massa e durante todo o processo nas redes sociais	CONVERGENTE	Campanha publicitária para lançamento e sensibilização nos meios de comunicação em massa e durante todo o processo nas redes sociais
	Criação de um Portal na Internet para todo o processo, divulgando documentos, estudos, planos e projetos utilizados como insumo, atas e registros do processo participativo, produtos, agenda, cartilhas, manuais e minuta dos projetos	Site com conteúdo formativo e educativo, linha do tempo do processo, glossário de temas e conceitos, instrumentos para contribuição, documentos para consulta (registro, diagnóstico, propostas, estudos, planos e projetos utilizados como insumo) e dados sobre o processo de participação social	CONVERGENTE	Site com conteúdo formativo e educativo, linha do tempo do processo, glossário de temas e conceitos, instrumentos para contribuição, documentos para consulta (registro, diagnóstico, propostas, estudos, planos e projetos utilizados como insumo) e dados sobre o processo de participação social



PREFEITURA DO

CONSELHORIA DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tópico	Proposta Articulação Recife de Luta	Proposta Preliminar PCR para discussão	Alinhamento	Síntese
2. Das Conferências do POT	Proposta do Plano Diretor aprovada em Conferência, ao final da fase pré-legislativa	Conferência proposta ao final da etapa propositiva e pré-legislativa	CONVERGENTE	Conferência proposta ao final da etapa propositiva e pré-legislativa
	Realização de Conferência para LPUOS e demais instrumentos	Realização de Audiência Pública pré deliberação no Concidades	DIVERGENTE	Realização de Audiência pública ou outro fórum a ser pactuado no âmbito do GT POT para as fases de LPUOS e Instrumentos
	Integrantes do CONCIDADES consideradas/os delegadas/os natas/os	Conselheiros do CONCIDADES consideradas/os delegadas/os natas/os	CONVERGENTE	Conselheiros do CONCIDADES consideradas/os delegadas/os natas/os
	Escolha de delegadas/os no ciclo de diagnóstico, representando segmentos e território.	Eleição de delegadas/os na fase de proposição nas Consultas Territoriais para devolutiva do diagnóstico – Caderno de Propostas Preliminar	DIVERGENTE	Eleição de delegadas/os na fase de proposição nas Consultas Territoriais para devolutiva do diagnóstico – Caderno de Propostas Preliminar



PREFEITURA DO

CONSELHOS CÍFIS DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tópico	Proposta Articulação Recife de Luta	Proposta Preliminar PCR para discussão	Alinhamento	Síntese
3. Das oficinas de diagnóstico e proposição	Oficinas territoriais em cada microrregião – na impossibilidade, recorte por unidade de paisagem (09)	Consultas territoriais – diagnóstico e proposição – por RPA (06)	DIVERGENTE	Consultas territoriais – diagnóstico e proposição – por RPA (06). Indicativo do detalhamento da mobilização de transporte nas diversas microrregiões e a busca da alternância dos locais para maior cobertura no âmbito do GT POT.
	Oficinas por demanda de setores sociais interessados e temáticas, conforme exemplo constante na proposta, com possibilidade de agrupamento.	Pré-estabelecimento de 04 Oficinas temáticas – a serem definidas após a Consulta Territorial, com o objetivo de aferir as discussões mais abordadas – e 04 por Segmentos, com agrupamento a ser definido no GT POT	PARCIAL	Oficinas temáticas – Pelo menos 06 oficinas de discussão temática e pelo menos 04 oficinas por segmentos a serem definidas no GT POT
	Espaço para acolhimento de crianças	Espaço para acolhimento de crianças previsto, em parceria com a Secretaria da Mulher	CONVERGENTE	Espaço para acolhimento de crianças previsto, em parceria com a Secretaria da Mulher
	Paridade de gênero na eleição de delegadas/os	Proposta de paridade na eleição – durante a devolutiva do diagnóstico	CONVERGENTE	Proposta de paridade na eleição – durante a devolutiva do diagnóstico



PREFEITURA DO

CONSELH E C I F E DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tópico	Proposta Articulação Recife de Luta	Proposta Preliminar PCR para discussão	Alinhamento	Síntese
	• Após as fases de diagnóstico e proposição, realização de seminário com reunião ampliada do CONCI DADE	• Apresentação em Reunião Pública no CONCI DADES	CONVERGENTE	Apresentação em Reunião Pública no CONCI DADES
4. Redação de texto-base	• Disponibilização do texto das minutas no site do CONCI DADES, com divulgação ampla e registro de mudanças e alterações	• Caderno de propostas estará disponível na Interface de Participação Virtual, tanto na versão preliminar quanto na definitiva – para a realização da Conferência. Após a Conferência, ficará disponível a Minuta Participativa, para controle social.	CONVERGENTE	Caderno de propostas estará disponível na Interface de Participação Virtual, tanto na versão preliminar quanto na definitiva – para a realização da Conferência. Após a Conferência, ficará disponível a Minuta Participativa, para controle social.
5. Do processo de mobilização e capacitação	• Capacitação em módulos – PD, Instrumentos e LPUOS	• Elaboração de conteúdos educativos sobre os dispositivos legais e instrumentos disponibilizados no site. • Consultas Territoriais e Oficinas têm previsão de momentos para nivelamento conceitual, em linguagem técnica e acessível – tanto na etapa do PD quanto da LPUOS+Instrumentos	CONVERGENTE	• Elaboração de conteúdos educativos sobre os dispositivos legais e instrumentos disponibilizados no site. Consultas Territoriais e Oficinas têm previsão de momentos para nivelamento conceitual, em linguagem técnica e acessível – tanto na etapa do PD quanto da LPUOS+Instrumentos



PREFEITURA DO

CONSELHOS E C I F E DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tópico	Proposta Articulação Recife de Luta	Proposta Preliminar PCR para discussão	Alinhamento	Síntese
	• Capacitação deverá ter como público as/os delegadas/os eleitas/os e natos do CONCIDADES	• Seminário de Capacitação precedendo a realização da Conferência do Plano Diretor para delegadas/os	CONVERGENTE	Seminário de Capacitação precedendo a realização da Conferência do Plano Diretor para delegadas/os
	• Disponibilização de material para autoinstrução	• Elaboração de conteúdos formativos e educativos sobre os dispositivos legais e instrumentos tanto na Interface de Participação Virtual quanto nas redes sociais	CONVERGENTE	Elaboração de conteúdos formativos e educativos sobre os dispositivos legais e instrumentos tanto na Interface de Participação Virtual quanto nas redes sociais

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 3ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

✓ **Encaminhamentos**

Deverá ser enviada à plenária do Concidade, o alinhamento do GT a respeito da Construção do Processo Participativo;

Deverá ser elaborada resposta do GT à carta entregue pelo Manifesto Recife de Luta;

Será convocada nova reunião do GT POT para o dia 29/05/2018, no turno da manhã, com a seguinte pauta:

- Instrumental para consulta pública territorial;
- Conteúdo da interface virtual.

✓ **Conselheiros presentes que integram o GT POT:**

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Ramos (Poder Público) - Suplente	
Cristiana Correia (CAU/PE) – Titular	
Elka Porciúncula (SINDUSCON) - Titular	
Emília Avelino (Poder Público) - Titular	
Fernando de Alcântara (Poder Público) - Titular	
Fernando Holanda (RAPS) - Suplente	
Glória Brandão (Poder Público) - Suplente	
Inamara Melo (Poder Público) - Suplente	
João Domingos Azevedo (Poder Público) - Titular	
Lorena Veloso (Poder Público) - Suplente	
Maurício Guerra (Poder Público) - Titular	
Norah Neves (Poder Público) - Titular	
Sandra Nunes (Poder Público) - Suplente	
Sandra Pires (OAB/PE) - Titular	
Sandro Guedes (ADEMI/PE) - Titular	